

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 34

Período: 28 ago. a 1º set. 2023



Portaria n. 33/DGA, de 28 de agosto de 2023

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital n. 14/SGJ.TP, de 28 de agosto de 2023

Convoca Desembargadores e Desembargadoras do Tribunal Pleno para a realização da Solenidade da XII Outorga de Comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 2. Região.

Edital de chamada de pareceristas n. 1, de 29 de agosto de 2023

Dispõe sobre a chamada de mestres e doutores para a ampliação do corpo de pareceristas da Revista do Tribunal do Trabalho da 2. Região.

Edital n. 34, de 2023. Relação de inscritos no 3º curso de formação de agente de polícia judicial aos candidatos do cargo de técnico judiciário - área administrativa, especialidade polícia judicial

Torna pública a relação de inscritos no 3º Curso de Formação de Agente de Polícia Judicial aos candidatos do cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, Especialidade Polícia Judicial.

Órgãos de interesse

CSJT

Resolução n. 360/CSJT, de 25 de agosto de 2023
Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho de

CNJ

Recomendação n. 143/CNJ, de 25 de agosto de 2023
Altera a Recomendação n. 134/CNJ, de 9 de setembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro e a

Congresso Nacional

Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 61, de 2023
Informa que a Medida Provisória n. 1.173, de 1º de maio de 2023, que altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei n. 6.321,

primeiro e segundo graus.

Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 29 de agosto de 2023

Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Ato n. 89/CSJT.GP. SG.SECAUDI, de 31 de agosto de 2023

Estabelece orientação para certificação de contas no âmbito do Sistema de Auditoria Interna da Justiça do Trabalho, no que concerne a passivos de pessoal.

Poder Legislativo

Lei n. 14.663, de 28 de agosto de 2023

Define o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2023; estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024; e altera os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei n. 11.482, de 31 de maio de 2007, e os valores de dedução previstos no art. 4º da Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

relevância dos precedentes judiciais para a promoção da segurança jurídica, da estabilidade e do ambiente de negócios no Brasil.

Recomendação n. 144/CNJ, de 25 de agosto de 2023

Recomenda aos Tribunais que implementem o uso da linguagem simples nas comunicações e atos que editem.

Resolução n. 517/CNJ, de 25 de agosto de 2023

Revoga dispositivos das Resoluções n. 13/CNJ, de 21 de março de 2006, e n. 14/CNJ, de 21 de março de 2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura e sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para os servidores do Poder Judiciário e para a magistratura dos Estados que não adotam o subsídio, respectivamente.

Portaria n. 213/CNJ, de 28 de agosto de 2023

Institui Grupo de Trabalho para elaboração de estudos e propostas pertinentes à coleta e produção de dados pelas Ouvidorias do Poder Judiciário, bem como para formulação de especificações e parâmetros técnicos para

de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 28 de agosto de 2023.

STJ

Súmula n. 657/STJ [Disponibilizada no DJe de 28 de agosto de 2023]

Atendidos os requisitos de segurada especial no RGPS e do período de carência, a indígena menor de 16 anos faz jus ao salário-maternidade.

Poder Executivo

Decreto n. 11.678, de 30 de agosto de 2023

Altera o Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021, para regulamentar disposições relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador.

Medida Provisória n.

1.185, de 30 de agosto de 2023

Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico.

CJF

Resolução n. 836/CJF, de 28 de agosto de 2023

[Lei Complementar n. 200, de 30 de agosto de 2023](#) Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional n. 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

TST

[Ata da Correição Ordinária realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região no período de 21 a 25 de agosto de 2023](#) Divulga o texto da Ata da Correição Ordinária realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região no período de 21 a 25 de agosto de 2023.

o desenvolvimento do sistema nacional de ouvidorias.

[Resolução n. 518/CNJ, de 31 de agosto de 2023](#)

Altera a Resolução n. 351/CNJ, de 28 de outubro de 2020, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

[Edital de Convocação de Consulta Pública e de Seminário/CNJ, de 2023](#)

Edital de Convocação de consulta pública e de seminário para debater minuta de ato normativo elaborada pela Corregedoria Nacional de Justiça, que visa a instituir, no âmbito do Poder Judiciário, o "Programa Nacional para o Aumento da Eficiência da Execução Fiscal", com amparo na Resolução n. 471/CNJ, de 31 de agosto de 2022 e Recomendação n. 120/CNJ, de 28 de outubro de 2021.

Acrescenta o § 2º ao art. 4º da Resolução n. 736/CJF, de 22 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Portaria n. 4.932/SEGES.MGI, de 30 de agosto de 2023](#)

Altera o preâmbulo da Portaria n. 1.769/SEGES.MGI, de 25 de abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Marquês de São Vicente, 121, Bloco A - 11º andar
CEP 01139-001 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

